



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

ATA DA 49ª SESSÃO DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e trinta e dois minutos, o Vereador Thiago Damaceno declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Tiago Leite que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Realizada a leitura da ata anterior, esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** GP Veto nº: 295/2025 CMP (5730/2025); Projeto de Lei nº: 5768 e 5777/2025 do Vereador Gil Magno; Projeto de Lei nº: 55736/2025 da Vereadora Professora Lívia; Emenda Modificativa nº: 5740/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Emenda Supressiva nº: 5741/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Emenda Aditiva nº: 5742, 5743 e 5744/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Emenda Aditiva nº: 5743/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Emenda Modificativa nº: 5747 e 5748/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Projeto de Resolução nº: 5785/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Requerimento de Informação nº: 5800/2025 do Vereador Léo França; Requerimento de Informação nº: 5783/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Indicação nº: 5767/2025 do Vereador Gil Magno; Indicação nº: 3299, 5687 a 5690, 5703, 5706, 5707, 5711, 5717, 5724, 5726, 5728, 5729, 5731 a 5734/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 5404, 5410, 5692, 5770 a 5771, 5773 a 5776/2025 do Vereador Junior Coruja; Indicação nº: 4393, 4813, 4922, 5712 e 5758/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Indicação nº: 3299, 5739 e 5762/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Indicação nº: 5761/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 5718 e 5738/2025 do Vereador Wesley Barreto; Indicação nº: 5719 a 5722, 5749 a 5751, 5753 a 5757, 5769, 5778, 5779 e 5780/2025 do Vereador Junior Paixão; Terminada a leitura do **EXPEDIENTE**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim o primeiro Vereador: **1) GIL MAGNO, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Cumprimentou a senhora Cineia, estendendo os cumprimentos a todos os membros do Instituto de Logosofia. Agradeceu também a todos os que acompanhavam a sessão pelos canais de comunicação, especialmente pelas redes sociais. Logo em seguida, manifestou sua indignação diante de mais um episódio envolvendo a Enel, empresa que, segundo ele, deveria zelar pelos seus consumidores e clientes. Mais uma vez, a companhia deixou um grupo de empresários de Itaipava sem energia elétrica. Até aquele momento, ainda estava sem fornecimento de energia, com previsão de retorno apenas às 18h. Ressaltou que não era a primeira vez que ocorria um incêndio em transformadores, e que, mais uma vez, o comércio estava sendo prejudicado no meio de uma crise. Relatou que muitos empresários estavam insatisfeitos, frequentemente procurando os representantes do terceiro distrito para apresentar suas reclamações. Citou



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

nominalmente o empresário Beto, reconhecendo a legitimidade de suas críticas e garantindo que, por parte do seu mandato, seria encaminhada uma moção de repúdio contra a empresa responsável. Informou que já havia entrado em contato com o superintendente da Enel, o qual teria se comprometido a corrigir o sistema. Dirigindo-se ao vereador Carlos Alberto, também morador do terceiro distrito, reforçou a necessidade de se realizar inspeções preventivas na rede elétrica, em vez de agir apenas após a ocorrência de acidentes. Ampliou a crítica, incluindo as empresas de telecomunicações e tecnologia da informação, que, segundo ele, também são responsáveis por descaso. Apontou que deixam emaranhados de cabos nas vias públicas, sem que se saiba a quem pertencem ou quem os colocou. Esses cabos inservíveis, afirmou, provocam incidentes que afetam diretamente a vida social e econômica do terceiro distrito e de toda a cidade de Petrópolis. Informou que estava enviando ofícios eletrônicos para todas essas companhias, repudiando a falta de manutenção preventiva e exigindo providências. Solicitou ainda ao governo municipal, por meio do Departamento de Iluminação Pública, que fiscalize, cobre atuação dessas empresas e promova a remoção dos cabos que vêm causando tantos transtornos. Ressaltou que suas reclamações eram pertinentes e aguardava respostas e providências concretas. Abordou outra questão: a constante insatisfação dos usuários do transporte coletivo operado pela empresa TURP, na região de Itaipava. Explicou que todos os ônibus que passavam pela ponte do Arranha-Céu foram impedidos de circular pelo local após a instalação de um limitador de altura de 4 metros e a restrição para veículos acima de 10 toneladas, devido ao risco de colapso da ponte. Afirmou que, apesar da medida preventiva ser prudente e necessária para evitar acidentes, era fundamental pensar no impacto causado aos trabalhadores da região, que agora enfrentam um aumento de até uma hora em seus deslocamentos diários. Pediu urgência para que a empresa de transporte e a CTrans se reunissem a fim de encontrar uma solução imediata e viável para os usuários, garantindo a mobilidade urbana de forma segura e eficiente. Na sequência, abordou um terceiro e delicado tema: a possível mudança do local destinado à implantação da Policlínica de Itaipava. Relembrou que, em dezembro, teve a honra de anunciar a instalação da unidade de saúde, com o apoio do prefeito Rubens Bomtempo, que, à época, assinou a licitação da obra. Segundo ele, o governo federal havia destinado uma verba de cerca de R\$ 16 milhões para a construção da policlínica, e o recurso já estaria na conta da prefeitura. Contudo, relatou que, de forma surpreendente, tomou conhecimento por meio da imprensa sobre a possível mudança de local da unidade. Disse ter ficado decepcionado por não ter sido comunicado oficialmente, mesmo sendo o vereador representante do distrito. Tentou entrar em contato com o secretário de Saúde, Luiz Cruzick, sem sucesso, e questionou se a mudança realmente ocorreria. Ressaltou que uma simples ligação ou esclarecimento oficial seria suficiente, inclusive para explicar os motivos, caso houvesse outro local mais adequado, embora tenha deixado claro que, em sua visão, Itaipava realmente precisa da unidade de saúde. Mencionou ainda que os distritos do entorno, como Pedro do Rio e Posse, também necessitam desse



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

atendimento. Ressaltou a possibilidade de transferência da policlínica para outro terreno o qual ouviu rumores de que estaria em uma área alagadiça, e reforçou seu pedido ao secretário de Saúde, ao prefeito e ao secretário de Governo para que entrem em contato e esclareçam a situação. Concluiu destacando que havia a esperança de, junto à Policlínica, implementar um complexo de saúde, transferindo também a UPA, atualmente localizada em uma área com pouca acessibilidade para um local plano e mais adequado, ao lado da nova unidade. Afirmou que esse conjunto de serviços seria ideal para o terceiro distrito e reiterou sua disposição para colaborar com o governo municipal, afirmando estar sempre comprometido com a construção de soluções e com o atendimento às demandas da população de Petrópolis, especialmente da região que representa. Agradeceu e despediu-se. 2) **LÉO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Na sessão, o vereador relatou que, na última sexta-feira, recebeu denúncias sobre a superlotação e o colapso enfrentado pelo Hospital Alcides Carneiro. Pela manhã, saiu diretamente da Câmara para constatar pessoalmente a situação crítica da unidade. Segundo ele, em uma sala de aproximadamente 8 m², havia seis leitos destinados a pacientes oncológicos, todos aguardando procedimentos, exames e cirurgias. Destacou que o tomógrafo da unidade estava quebrado, prejudicando ainda mais o atendimento. De forma comovente, relatou que os pacientes estavam sendo acomodados em poltronas azuis, originalmente adquiridas para acompanhantes durante o governo anterior. Para amenizar o desconforto, os próprios pacientes levavam colchões do tipo “casca de ovo”. Ao conversar com os profissionais de saúde, foi informado que o prefeito não visitava o hospital havia cerca de dois meses. Diante disso, convidou publicamente o prefeito Híngó Hammes a visitar o hospital na manhã seguinte, acompanhado dele ou de outros vereadores, para presenciar o que classificou como “o caos instalado” na unidade. Em seguida, relatou ter visitado o setor de pediatria do hospital, onde havia mais de 30 crianças aguardando atendimento, com apenas duas pediatras de plantão. Pediu à equipe médica que encaminhasse boletins diários à direção da unidade para registrar oficialmente a situação crítica enfrentada. Expressou indignação com o que considerou uma postura irresponsável por parte da gestão municipal. Enquanto a saúde pública colapsava, o prefeito, segundo ele, fazia vídeos no centro da cidade em ações midiáticas. “Não é simulado, é dissimulado”, afirmou, referindo-se ao prefeito. Prosseguiu dizendo que continuaria suas visitas a unidades de saúde, pretendendo ir à UPA do Centro, à UPA de Cascatinha e finalizar o dia na Unidade de Pronto Atendimento da Posse. Relatou ainda um episódio ocorrido no sábado anterior, quando uma paciente da UPA de Cascatinha, que precisava de um cateterismo, foi encaminhada à UPH da Posse para aguardar até que o procedimento pudesse ser realizado, evidenciando, segundo ele, a desorganização do sistema. Destacou que a unidade da Posse tem oferecido melhores condições de atendimento, mas criticou a sobrecarga que ela vem sofrendo, recebendo pacientes de outras regiões. Mencionou que a sala vermelha da unidade estava com dois pacientes vindos de fora, e que a sala



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

amarela só tinha uma vaga disponível. Chamou atenção para o fato de pacientes estarem sendo acomodados em macas de ambulância sob pias sanitárias, demonstrando falta de humanidade no cuidado com os doentes. Além da precariedade estrutural, apontou falhas de manutenção e gestão. Segundo ele, há ambulâncias paradas no Hospital Alcides Carneiro com sirenes quebradas, faróis danificados e problemas elétricos — o que não seria questão de verba, mas de má administração. Dirigindo-se ao prefeito, reforçou que este tem a responsabilidade de zelar pela saúde pública e que não pode se esconder atrás de vídeos em redes sociais. Reiterou o convite para que o prefeito compareça ao hospital às 7h da manhã do dia seguinte, a fim de assumir sua obrigação de cuidar da população. Mudando de tema, abordou a situação do INPAS. Como presidente da Comissão de Trabalho e dos Servidores Públicos, informou que havia realizado uma reunião de alto nível com a participação de diversos vereadores e servidores. No entanto, lamentou a ausência do presidente do INPAS pela segunda vez consecutiva, apesar do convite feito pela Câmara. Criticou a proposta de projeto de lei encaminhado à Casa no dia 6 de maio, que mistura reforma administrativa com alterações na previdência. De acordo com ele, o projeto cria cargos, alguns dos quais já estariam, inclusive, sendo ocupados antes mesmo de ser aprovado. Solicitou ao presidente da Câmara que envie um convite oficial ao presidente do INPAS para comparecer à Casa e prestar esclarecimentos sobre o projeto e os “jabutis” (termo usado para dispositivos estranhos ao tema principal) incluídos na proposta legislativa. Por fim, reforçou o apoio à implantação da Policlínica de Itaipava, alinhando-se ao vereador Gil Magno. Destacou que o projeto prevê 4 mil m² de área construída e investimentos de R\$ 32 milhões oriundos do governo federal. Enfatizou que, em meio à crise da saúde, é essencial que o município trate com seriedade a realização do processo licitatório e dê andamento à obra, que trará uma unidade de atendimento de extrema qualidade para a população. Agradeceu e despediu-se. 3) **JÚLIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou pautas relevantes discutidas ao longo da semana. Ressaltou a audiência pública realizada na Câmara Municipal sobre a necessidade da implantação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em Petrópolis. Classificou a audiência como muito produtiva, com contribuições importantes que reforçaram a urgência da instalação da unidade no município, cuja criação já está prevista em lei desde 2022. Segundo ela, o atraso é preocupante e precisa ser enfrentado com responsabilidade. Pontuou que, embora seja essencial garantir equipamentos de acolhimento para que as mulheres possam denunciar situações de violência, é igualmente importante lembrar que essas violências são estruturais. Defendeu a criação de políticas públicas permanentes que incluam verdadeiramente as mulheres como sujeitos de direitos em uma sociedade que ainda delega majoritariamente às mulheres as funções de cuidado — seja com o ambiente doméstico, com as crianças ou com os idosos. Destacou que essas tarefas, embora fundamentais, muitas vezes nem sequer são reconhecidas como trabalho. Reforçou que, para romper com o ciclo



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

da violência, é preciso garantir que as mulheres tenham condições reais de emancipação e liberdade, o que só será possível com a socialização das responsabilidades de cuidado e a implementação de políticas que assegurem sua autonomia. Na sequência, mencionou a reunião ocorrida mais cedo na Câmara com o Ministério Público, representado pela promotora Vanessa Katz, sobre a apresentação do relatório do quadrimestre da saúde. Segundo ela, é urgente que esse relatório seja mais eficaz e transparente, permitindo à população e aos parlamentares compreenderem com clareza a real situação da saúde no município. Criticou a apresentação de dados genéricos e defendeu que os relatórios tragam números detalhados e indicadores concretos, como por exemplo, quantas mulheres estão em fila para realizar mamografias e quantas efetivamente conseguiram realizar o exame. Destacou também a importância de saber quanto o município tem investido em saúde e qual o real impacto desses investimentos. Relatou que, em 2023, foi conquistada uma emenda federal em parceria com o deputado Glauber Braga para o planejamento familiar das mulheres petropolitanas, mas, por falta de declarações por parte do município, o recurso não pôde ser utilizado. Informou ainda que uma nova emenda com o mesmo deputado está em andamento, desta vez voltada à compra de equipamentos para o Hospital Alcides Carneiro, como um tomógrafo e um aparelho de ultrassonografia, fundamentais para garantir exames e um pré-natal adequado às gestantes da cidade. Mencionou sua participação, ao lado de outros parlamentares, na comissão de saúde da casa e no grupo de trabalho com o Ministério Público. Reforçou sua convicção de que, ao se trabalhar coletivamente, é possível apontar caminhos e soluções concretas. Por fim, relatou sua presença na reunião do Conselho do FUNDEB, onde foram debatidos temas importantes como o transporte escolar, estendendo sua fala ao transporte público em geral. Defendeu que o transporte seja compreendido como um direito fundamental, já que é ele que permite o acesso a outros direitos, como saúde, educação, cultura e lazer. Destacou ainda que, apesar de os cidadãos pagarem uma das tarifas mais caras do estado do Rio de Janeiro, o serviço não tem correspondido à expectativa da população. Agradeceu e despediu-se.

4) JÚNIOR CORUJA, PSD – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Utilizou a tribuna para prestar esclarecimentos à população sobre uma publicação que circulou recentemente nas redes sociais e que, segundo ele, contém informações falsas e caluniosas a seu respeito. De acordo com ele, a postagem foi feita por Leandro, conhecido como Zquinha, e alegava que o vereador teria se recusado a ajudar uma suposta tia chamada Leila, que estaria internada na UPA. Júnior Coruja afirmou que a informação é completamente inverídica e que a publicação se baseou em um boato espalhado por um primo seu, com quem não mantém contato, e que já lhe enviou diversas mensagens solicitando dinheiro, mensagens essas que ele escolheu ignorar por considerar o comportamento inadequado. Confirmou que possui, de fato, uma tia chamada Leila, mas que ela se encontra em bom estado de saúde. Por coincidência, outra senhora chamada Leila, moradora de Araras e conhecida da família do



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

parlamentar, está hospitalizada. Esclareceu que nunca houve qualquer solicitação formal de ajuda por parte da família dessa senhora. Inclusive, leu uma mensagem da filha dela, Dani, que afirmava que nem ela, nem a mãe, solicitaram auxílio ao vereador, e que não compactuam com o conteúdo publicado na postagem. Relatou que esteve no hospital visitando a senhora Leila de Araras e que entrou previamente em contato com a família para informar sobre a visita, colocando-se à disposição para oferecer apoio. Reafirmou que, mesmo se sua própria tia estivesse hospitalizada, ela não teria direito a nenhum tipo de privilégio no atendimento, pois defende que todos os cidadãos devem ser tratados com igualdade nos serviços públicos. Reiterou que seu gabinete permanece aberto à população para receber reclamações, fiscalizar órgãos públicos e encaminhar pedidos com responsabilidade. Ressaltou que jamais usaria sua posição para passar na frente de alguém em situação de espera por atendimento. Manifestou indignação com a disseminação de fake news e ataques que considera infundados e que, segundo ele, buscam desacreditar seu trabalho e sua imagem pública. Lembrou que foi eleito com 5.715 votos, sendo o segundo vereador mais votado da cidade, e que construiu sua trajetória com base na ética, no compromisso e na transparência. Afirmou que já acionou seu advogado e que tomará todas as providências legais cabíveis para que os responsáveis respondam judicialmente pela disseminação de informações falsas. Ressaltou que fake news não são apenas boatos inofensivos, mas sim conteúdos com potencial de causar danos reais à reputação e à democracia. Por fim, fez um apelo à população para que não compartilhe informações sem antes verificar a veracidade dos fatos e reforçou que qualquer cidadão pode procurar diretamente os gabinetes da Câmara Municipal para obter esclarecimentos oficiais. Concluiu dizendo que lutará na justiça por um pedido de retratação pública, e que não aceitará que seu nome e o nome de sua família sejam utilizados de forma leviana. Agradeceu e despediu-se. **5) PROFESSORA LÍVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Trouxe à tribuna uma grave preocupação relacionada à educação pública do município. No dia 20 de maio, esteve reunida com um coletivo de profissionais da educação que atuam em projetos da educação integral, e que, até a presente data, ainda não receberam seus salários referentes ao mês de abril. Destacou que esses profissionais, responsáveis por atividades como aulas de teatro e outros projetos extracurriculares, não possuem vínculo por concurso público. São contratados como microempreendedores individuais (MEIs), o que significa que não possuem garantias trabalhistas, não recebem em caso de afastamento por doença, não têm férias, nem direito a outros benefícios básicos. Além disso, recebem apenas pelas horas trabalhadas, o que aprofunda ainda mais a situação de vulnerabilidade. Chamou atenção para a estrutura desigual da educação integral, que recebe maior repasse de recursos do FUNDEB do que a educação parcial, mas que não garante a destinação proporcional desses recursos para a valorização dos profissionais que a executam. Reforçou que sem esses profissionais, a educação em tempo integral simplesmente não acontece. A situação afeta não apenas os trabalhadores e trabalhadoras que ficam



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

sem o pagamento, mas também as escolas, demais profissionais e, principalmente, as crianças, que acabam sem as atividades previstas. Muitas vezes, as escolas precisam se reorganizar para manter os estudantes, substituindo atividades planejadas por outras improvisadas, que não seguem os objetivos pedagógicos dos projetos. Em reunião realizada ontem na Secretaria de Educação, a subsecretária da pasta informou que o pagamento seria realizado até o fim do dia 20. No entanto, os trabalhadores foram informados de que o depósito só será efetuado no dia 22 de maio. A vereadora criticou o fato de que esses profissionais precisarão ainda desembolsar recursos próprios por mais dois dias para comparecer ao trabalho, o que considera um desrespeito. Aproveitou o momento para questionar a atual gestão sobre o modelo adotado para contratação desses profissionais. Para ela, é necessário rever esse formato e garantir contratos mais dignos, que assegurem direitos básicos como remuneração justa, pagamento de passagens e valorização do trabalho. Ela relembrou experiências anteriores, como os CIEPs implementados a partir de políticas do educador Darcy Ribeiro, que tinham uma lógica de educação integral mais sólida, com profissionais contratados de forma justa e com estrutura adequada. Disse ainda que o atual modelo adotado no município é uma versão piorada dessa proposta, pois se apropriou da ideia de tempo integral sem garantir as condições necessárias para sua execução. Concluiu com um apelo para que a Secretaria de Educação reveja imediatamente essa prática, regularize os pagamentos e assegure condições dignas de trabalho para os profissionais da educação. Reafirmou que, na Câmara Municipal, há um entendimento claro de que a educação pública é um direito de quem aprende, mas também de quem ensina, e que os direitos desses trabalhadores e trabalhadoras precisam ser respeitados com responsabilidade e compromisso. Agradeceu e despediu-se. Registre-se que o Vereador Thiago Damaceno solicitou que registrasse em ata a morte do Sr. Ailton, da comunidade Unidos Venceremos, no Retiro, muito conhecido na Casa Legislativa, funcionário por muito tempo da mesma. Ato contínuo. Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS** o Senhor Presidente, passou à **ORDEM DO DIA**: Colocando em discussão e votação única o GP Veto nº: 259/2025 CMP (5127/2025); o Veto foi derrubado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3145/2024 do Vereador Júnior Coruja; o Projeto foi aprovado com 08 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Marquinhos Almeida, do Vereador Léo França e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em discussão e votação em bloco as indicações nº: 0555, 0875, 0876, 0879, 1621, 1622, 1624, 2570, 2818, 2828, 2829, 3026, 3298, 3372, 3381, 3586, 3587, 3571, 3872, 3991, 5340, 5341, 5342, 5507, 5514, 5535 e 5658/2025; As Indicações foram aprovadas com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Dudu, do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Gilda Beatriz e do Vereador Octávio



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

Sampaio; Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 5804/2025 do Vereador Léo França; O Requerimento foi aprovado com 08 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Marquinhos Almeida, do Vereador Júnior Coruja e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em discussão e votação o Requerimento nº: 5202/2025 do Vereador Léo França; O Requerimento foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Octávio Sampaio; Terminada a **ORDEM DO DIA e NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezoito horas e trinta e cinco minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia vinte e um de maio às dezesseis horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins, Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins